

A RETÓRICA REALISTA NA FILOSOFIA DO DIREITO: ENTREVISTA¹ COM JOÃO MAURÍCIO ADEODATO²

THE REALISTIC RHETORIC IN THE PHILOSOPHY OF LAW: INTERVIEW WITH JOÃO MAURÍCIO ADEODATO

Entrevista concedida ao Prof. Dr. Cesar Antonio Serbena³

Como citar esta entrevista / How to cite this interview (informe a data atual de acesso / inform the current date of access):

ADEODATO, João Maurício. A Retórica Realista na Filosofia do Direito: entrevista com João Maurício Adeodato. [Entrevista concedida a] Cesar Antonio Serbena. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, v. 65, n. 2, p. 207-216, maio/ago. 2020. ISSN 2236-7284. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/75209>. Acesso em: 31 ago. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rfdufpr.v65i2.75209>.

Apresentação, pelo entrevistador


O Professor João Maurício Leitão Adeodato possui um lugar obrigatório no presente e no passado recente da Filosofia Jurídica Brasileira. Tendo começado bastante jovem na carreira de professor universitário, foi discípulo direto de Miguel Reale e Tercio Sampaio Ferraz Junior. Pode ser considerado na atualidade o principal representante da Escola de Direito do Recife, na tradição de Tobias Barreto, Pontes de Miranda e Lourival Villanova. Grande estudioso da Retórica, foi orientado em seus pós-doutoramentos na Alemanha por Theodor Viehweg e Ottmar Ballweg, além de ter uma atuação importante como consultor científico da Fundação Alexander von Humboldt e como pesquisador pioneiro da área jurídica no CNPq. O Professor João Maurício gentilmente concedeu a entrevista na Faculdade de Direito da UFPR, por ocasião da sua participação na Banca de Concurso para Professor Titular do Professor Cesar Serbena, em 2019. A Filosofia do Direito, a Retórica Judicial, Miguel Reale, Carlos Cossio, Tercio Sampaio Ferraz Junior, e a situação da pesquisa jurídica no Brasil, entre outros, foram os assuntos da entrevista, os quais certamente serão de interesse para os pesquisadores do Direito no Brasil.


Degração: Dr.^a Priscila da Silva Barboza.

Cesar Antonio Serbena (CAS): Poderia nos falar sobre a sua formação acadêmica?

João Maurício Adeodato (JMA): Fiz vestibular em 1974, para a Faculdade de Direito do Recife. Sempre quis fazer Direito. Era um bom aluno, mas não excelente, porque não gostava muito das disciplinas dogmáticas, principalmente quando o professor era ruim, o que era frequente. Gostava de direito civil e das disciplinas “teóricas”: filosofia, introdução, sociologia. Quando me graduei, entrei logo no mestrado, sob a orientação do Lourival Vilanova. E passei num concurso para a LBA, uma autarquia federal. Com sua extinção, meus colegas da época são hoje procuradores federais; é o que eu seria hoje.

¹ Entrevista conduzida na manhã de 31 de outubro de 2019, na Sala de Defesas do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (PPGD–UFPR).

² Doutor em Direito.  **Lattes ID:** <http://lattes.cnpq.br/8269423647045727>. **E-mail:** jmadeodato@gmail.com.

³ Doutor em Direito.  **Lattes ID:** <http://lattes.cnpq.br/0603998326134817>. **E-mail:** cserbena@gmail.com.

CAS: É a Legião Brasileira de Assistência?

JMA: É, extinta no governo Collor. Eu não gostava do trabalho e ele não me permitia fazer um mestrado decente, porque eu trabalhava oito horas por dia, além das aulas. Tinha que repor as horas de trabalho que eu passava no mestrado, dando expediente no sábado, fora do horário, uma generosidade de meu chefe, mas para mim um horror! Minha vida era muito sacrificada, trabalhei muito dos 17 aos 23 anos. Resolvi fazer o exame e passei no mestrado na Faculdade de Direito de São Paulo, com Miguel Reale. E aconteceu aquele *tópos*: “há males que vêm para o bem!” Pedi transferência do Recife para São Paulo, pois a LBA era um órgão federal, e São Paulo disse que não, porque o concurso tinha sido para procurador em Pernambuco e São Paulo não estava precisando, felizmente! Aí eu pedi demissão. Meu pai só faltou me matar! Eu ganhava mais de quatro mil cruzeiros, morando com os pais, e passei a ganhar setecentos cruzeiros, uma bolsa da Capes para viver com minha mulher em São Paulo. Isso era em 1979.

CAS: E você já era casado nessa época, não é?

JMA: Eu me casei para ir a São Paulo. Foi bom ganhar uns presentes, uma televisão e outros pequenos luxos, era uma pobreza muito grande.

CAS: Você disse que a sua esposa quase não casou por causa disso?

JMA: De modo algum, ela sabia onde estava investindo [risos]. Mas logo passou em um concurso para professora da UFPE e a vida da gente foi melhorando financeiramente. Ela passou a ser professora bem jovem e pouco depois eu também fui aprovado no concurso para professor da Faculdade de Direito do Recife, o primeiro concurso público em trinta anos, desde antes dos governos militares. Fiz esse concurso logo que terminei o mestrado com Miguel Reale, de quem fui o último orientando.

CAS: E por que o concurso na Federal de Pernambuco?

JMA: Eu queria voltar para o Recife. Coisas de família. Mãe, pai, meus e da esposa... Não foi mérito algum meu, foi sorte ainda ter sido orientado por Miguel Reale, a quem fiquei ligado desde então. Ele completou 70 anos em 1980, logo depois de minha defesa, e nessa idade a aposentadoria era compulsória. Aí realmente fui o último. Ele até me chamava de “meu Benjamim”, em raros momentos mais íntimos. O Professor Reale era uma pessoa costumeiramente formal e distante. Um tipo de professor que não existe mais, a autoridade personificada. Ele entrava no andar do prédio, todo mundo ficava falando baixinho ou se calava. Era o respeito, ele não precisava pedir, aquilo era óbvio. Era uma imposição da imagem. Mas como ele viveu muito, nós ficamos amigos, eu já professor, mais velho.

CAS: Em sequência você fez o doutorado em São Paulo?

JMA: Sim, fiz o doutorado com Tercio Sampaio Ferraz Junior, que era bem jovem, acho que o mais jovem dos professores da USP. Tercio trazia uma lufada de ideias novas. Até hoje o considero minha maior influência, mais do que Lourival Vilanova e Miguel Reale.

CAS: Outro personagem muito importante dessa época da filosofia do direito na América do Sul é o Carlos Cossio. Você estudou com ele na Argentina. Em que ano foi? Quem lhe indicou o Cossio?

JMA: Foi em dezembro de 1980. Foi o Professor Lourival que nos colocou em contato, assim como me colocou em contato com o Professor Reale. Lourival era um lógico, área muito árida para meu gosto, mais para o lado do Professor Cesar Serbena. Eu sempre tive dificuldade com as abstrações lógicas e matemáticas em geral. Embora admire esses estudos profundamente, sou meio limitado para eles e devo ter tido maus professores também. Alguns de seus textos [do entrevistador], por exemplo,

quando entram naquelas fórmulas, aparecem-me dificuldades, prefiro as explicações textuais. Sinto o mesmo quando leio Lourival Vilanova ou Robert Alexy. Ambos me exortaram pessoalmente mais de uma vez: “Você deveria aprender lógica, rapaz!” É tarde demais! Acho que existe uma fronteira biológica, sabe? Como para línguas, há uma fronteira biológica para você aprender lógica e matemática e eu já a ultrapassei há muito, então... Agora é melhor dedicar algo do meu tempo para aprender grego, que é o que estou tentando fazer.

CAS: Que bom! Mas o que despertou o interesse por Cossio, só a indicação do professor? Ou você já tinha um interesse também?

JMA: Já tinha tido contato com a Teoria Ecológica desde 1974, o livro de Aftalión, Olano e Vilanova era importante na faculdade, um bom livro, ainda hoje se lê com todo proveito. José Vilanova saiu do trio de autores e deu lugar a Julio Raffo, com quem mantenho contato até hoje. Durante o primeiro ano do mestrado, 1978, que cursei ainda no Recife, aluno de Lourival Vilanova, escolhi estudar Cossio, que fazia parte do programa. Minha ideia era fazer uma dissertação sobre Cossio e para isso dirigi as monografias de disciplina. Lourival era muito exigente e tomei gosto pela metafísica ecológica. Fui também aluno de José de Oliveira Ascensão, no mesmo ano, o qual também havia inserido a obra de Cossio em seu programa. Estudei o mesmo autor para essas duas disciplinas, filosofia e teoria geral do direito, fiz dois trabalhos diferentes e fiquei um *expert* iniciante. Aí resolvi escrever para ele e Lourival me deu o endereço sem problema. E Cossio se mostrou uma pessoa muito mais acessível do que os catedráticos a que eu estava acostumado. Talvez tivesse mais tempo, já aposentado; tivemos uma longa correspondência. Eu era estudante, poucos recursos, não poderia ficar um tempo em Buenos Aires, em hotel ou pousada. Ele me convidou para me hospedar em sua casa, na Calle Rodríguez Peña.

CAS: E Miguel Reale?

JMA: Foi uma pessoa importante em minha formação. Eu me lembro de muitos momentos com ele, se algum dia escrever minhas memórias ele será um capítulo. O exame de seleção para o Mestrado em Direito na USP não era muito republicano, sabe? Na área de filosofia e teoria geral do direito o professor escolhia os alunos sem dar muitas satisfações, era uma coisa mais aristocrática do que democrática. No meu caso, a prova foi ele e eu, no seu escritório particular; depois de uma longa conversa, vem a pergunta “O que você tem lido?” Eu falei: “Cossio”. Eu não sabia que ele achava Cossio um metafísico mais ou menos. “Filho, não tem coisa melhor para ler, não?” Saí de lá preocupado, mas mesmo assim ele me aprovou, sem prova escrita, mais nada. Ter sido aluno dileto de Lourival certamente pesou. Reale gostava muito da Escola do Recife, ele se considerava um prolongamento do culturalismo criado por Tobias Barreto, Sílvio Romero, Clóvis Beviláqua. Eu acho que ele gostava mais dos pensadores recifenses do que dos paulistas. Esse tema do culturalismo brasileiro é parte de uma controvérsia entre Reale e Nelson Saldanha. Fico com Reale. Posso referir outro episódio significativo, claro que a partir de minha visão de aluno. O professor Aloysio Ferraz Pereira era um heideggeriano, mas admirava também a filosofia da libertação, de Dussel. Era um aristocrata paulista da melhor cepa, ex-aluno de Merleau-Ponty, Pierre Aubenque, dentre outros. Foi o assistente de Miguel Reale durante os anos em que estive lá. Diante da iminente compulsória de Reale, Aloysio esperava ser o catedrático. Mas Reale escolheu Renato Cirell Czerna, um especialista no idealismo alemão, que morava na Itália. Não houve competição, muito menos concurso. Reale decidiu e Aloysio aposentou-se sem chegar à cátedra.

CAS: E lá na UBA [Universidad de Buenos Aires], você teve contato com algum outro professor além do Cossio?

JMA: Tive... com o Eugenio Pucciarelli [1907–1995], professor emérito da Universidad de Buenos Aires, na qual dirigiu o Instituto de Filosofia e a Revista Cuadernos de Filosofía, um professor alto,

magro, nariz adunco, de quem eu jamais ouvira falar. Acho que Cossio tinha prazer em convocar colegas e amigos para tertúlias filosóficas e apresentar o estudante brasileiro, discípulo de Lourival Vilanova, que estava lá exclusivamente para visitá-lo. Houve vários encontros desse tipo. Eu queria ter conhecido Enrico Aftalión, mas ele já havia falecido precocemente.

CAS: Entendi.

JMA: Cossio era mais velho do que Reale. Um pouco mais velho, embora da mesma geração. Havia uma disputa entre Eduardo García Máynez, kelseneano da Universidade Autônoma do México, Cossio na Argentina e Reale no Brasil. Lourival não entrava nessa, acho que era menos vaidoso e sua filosofia, menos abrangente.

CAS: E como que era essa disputa? Era uma disputa por publicação, por valor simbólico ou havia alguma outra coisa...

JMA: Era por reconhecimento do ambiente acadêmico. Todos eram filósofos com ideias próprias. Isso eu aprendi desde muito jovem, que é diferente ser professor de filosofia e ser filósofo. Um norte que sempre tive para a minha vida. Sempre construir. E agora nesta idade, acho que não decepcionei meus mestres nesse ponto... Ainda pretendo escrever uma *Ética*, que estou elaborando, mas a minha teoria do conhecimento já está colocada em meu livro *Uma Teoria Retórica da Norma Jurídica e do Direito Subjetivo*.

CAS: E quanto tempo totalizou a sua estada lá na Argentina?

JMA: Vinte dias. Fui de ônibus São Paulo–Buenos Aires, que já foi um horror, porém o pior foi a volta Buenos Aires–Recife, com uma curta parada de horas em São Paulo para ver a casa e tomar um banho.

CAS: De ônibus?

JMA: Sim, a juventude era muito disposta na época e eu ganhava pouco. A família poderia ajudar, mas era outra mentalidade, nem oferecia nem eu pedia. Os pais achavam que uma vida humilde fazia parte da boa educação. Talvez estivessem certos... Foram cinco dias e quatro noites de viagem, muito incômodo. Era ainda a Estação Glicério, que é de onde partiam os ônibus de São Paulo para o Nordeste. A estação para o Sul era outra. E eu só viajava no chamado semileito, para economizar; a passagem de ônibus-leito custava o dobro.

CAS: Você manteve contato posteriormente com o Cossio?

JMA: Mantive.

CAS: Bastante?

JMA: Até sua morte. Meus pais foram lá em Buenos Aires. Não se hospedaram na casa dele, claro, mas foram visitá-lo, ele os convidou para uma daquelas tertúlias filosóficas. Mamãe gostou muito dele, pois fez filosofia na juventude.

CAS: O curso, mesmo, de filosofia?

JMA: É, foi na FAFIRE [Faculdade de Filosofia do Recife, hoje Faculdade Frassinetti do Recife], até hoje existe, na Av. Conde da Boa Vista.

CAS: Era pública?

JMA: Era confessional, católica. Minha mãe era muito católica, e eu fui educado correspondentemente, achei que fez bem a minhas certezas morais pessoais (que jamais devem ser

universalizadas ou exigidas de outrem, mas hoje me agradam). Meu pai não, mas mamãe, sim. Igual a Santo Agostinho, filho de uma mãe devota e um pai nem tanto [risos].

CAS: Ah, entendi. E depois...

JMA: Só que no caso de Santo Agostinho a mãe triunfou, no meu caso foi o pai.

CAS: A mãe que triunfa...

JMA: É Santa Mônica, porque Agostinho virou um santo ali pelos trinta anos, abandonou a vida... de farras...

CAS: Era o último filósofo pagão e o primeiro cristão...

JMA: Sua filosofia não seria a ortodoxa da Igreja, hoje. E é a última das cabeças romanas. No Renascimento, o grande humanista Lorenzo de Valla procurou demonstrar sua heresia. Ainda bem que falecera havia muitos séculos.

CAS: Exatamente. Bom, como é que entra a Alemanha na sua formação acadêmica e na sua carreira?

JMA: Rapaz, é simples. Eu já fui educado no respeito pelo pensamento alemão, que tinha uma tradição dentro da Faculdade de Direito do Recife: Tobias Barreto, Clóvis Beviláqua, Pontes de Miranda, o próprio Lourival Vilanova, que lia em alemão. O germanismo do Recife foi até um tema para Silvio Romero em seu *História da Literatura Brasileira*. Eu sempre tive o sonho de estudar lá, já tinha feito intercâmbio nos Estados Unidos na adolescência e só pensava na Alemanha. Miguel Reale também me chamou atenção para a importância do pensamento alemão na história das ideias no Brasil. Mas o decisivo foi Tercio Ferraz. Ele havia feito o Doutorado em Filosofia, em Mainz (Mogúncia, uma das cidades mais antigas e tradicionais da Alemanha). E me recomendou para a mesma universidade. Fui fazer um pós-doutorado, já era doutor pela USP, e passei dois anos lá. Hoje o pós-doutorado é algo mais simples, três meses, fiz vários depois. Mas em 1988 a coisa era mais difícil, sobretudo conseguir uma bolsa pela Fundação Humboldt.

CAS: Você permanece ligado à Fundação Alexander von Humboldt?

JMA: É como um apoio para toda a vida, se você se comporta bem, pelo menos no meu caso. Já fui cerca de quinze vezes para a Alemanha pela Humboldt, não sei exatamente. Fora outras independentes. Também fiz diversos congressos e eventos e trouxe muitos colegas alemães para o Brasil, com tudo pago. Acho que a Humboldt leva isso em consideração. Minha história com a Humboldt não é comum, conversei com uma alta funcionária da Fundação sobre isso. Porque regra geral os países subdesenvolvidos só pedem, e eu dei também, sabe? Até hoje tenho o grupo de pesquisa funcionando, e bem, com colegas da Áustria e Alemanha, mandando e recebendo alunos e colegas professores.

CAS: E na Alemanha, quais são os professores mais significativos de quem você teve influência?

JMA: Entre os que conheci pessoalmente, primeiro aqueles com quem estudei, meus mestres Theodor Viehweg e, principalmente, seu sucessor, Ottmar Ballweg, que foi além de tudo um amigo. Eram pessoas leves, não esse típico professor alemão, eram até meio *outsiders*. Mas hoje em dia, meus contatos são sobretudo Thomas Vesting, o catedrático de Filosofia do Direito em Frankfurt, que é de minha idade, e um colega bem jovem, Ino Augsberg, que venceu o concurso para a cátedra de Robert Alexy em Kiel. Além de minha amiga de longa data, desde Mainz em 1988, Katharina von Schlieffen, que tem a única cátedra de Retórica Jurídica na Alemanha, na Universidade de Hagen.

CAS: São as referências atuais que você tem lá?

JMA: Na Áustria tenho um amigo e colega, alemão, Stephan Kirste. Está difícil ser filósofo do direito na Alemanha...

CAS: Sim, eu o conheci.

JMA: Outro na mesma situação, conseguiu uma cátedra na Suíça, é Johannes Liebrecht, que tampouco achou vaga para história do direito na Alemanha, apesar de ser um dos caras mais brilhantes com quem já convivi. Há vários alemães em universidades estrangeiras, que hoje são mais amigáveis para com as disciplinas filosóficas nas faculdades de direito. Que eu saiba, só existe uma vaga de filosofia do direito em toda a Alemanha, que é a de Göttingen, cujo titular é ainda jovem, Dietmar von der Pfordten, com quem tenho ótimas relações. Mas é um neokantiano, a gente não tem muita coisa em comum, ele acha que a retórica não tem a dignidade da filosofia, carrega muitos dos preconceitos contra os retóricos. É um direito que lhe assiste. Acredita em conceitos eternos, a ideia platônica; é um idealista, como todo kantiano.

CAS: Da sua longa obra de artigos e livros, quais seriam os temas centrais que foram a sua preocupação e que continuam até hoje?

JMA: Conhecimento, ética e metodologia, ou gnosiologia, axiologia e metodologia. Porque metodologia, em sentido próprio, não é isso que se vê por aqui, de negrito e itálico, ABNT. Não tem nada a ver com isso. Ela é uma parte fundamental da teoria do conhecimento e da atividade filosófica, pois nos ensina como problematizar um tema, como pensar pela própria cabeça e, sobretudo, nos guia ao fazermos abordagens prescritivas (normativas) ou descritivas (empíricas).

CAS: Qual o livro de sua autoria que você mais gosta ou que tem mais orgulho de ter escrito?

JMA: É o último, o qual é a minha tese de livre docência, *Uma Teoria Retórica da Norma Jurídica e do Direito Subjetivo*, que expõe a teoria do conhecimento do que chamo retórica realista. E *Ética & Retórica – Para uma teoria da dogmática jurídica*, traz a teoria ética que desenvolvi até aqui. Mas a parte ética está menos elaborada. Pretendo ir adiante, explicar como construir uma ética da tolerância, que é uma ética não veritativa, não ontológica, mas estou apenas começando. Talvez atenda aos conselhos de minha esposa e escreva antes algo mais palatável para o público não especializado. Minha formação foi muito técnica. Mas gostei de Harari [Yuval Noah Harari] e Fergusson [Niall Ferguson], que são bons intelectuais, mas não tão áridos, não são acadêmicos. E não tão originais, *por supuesto*.

CAS: Qual dos livros do Harari?

JMA: *Sapiens* [*Sapiens: Uma breve história da humanidade*] é o melhor, eu acho. Depois tem o *Homo Deus* [*Homo Deus: Uma breve história do amanhã*], que é um pouco pior, um livro de projeções do futuro, premonições, já não dou tanto valor. Ficção, sou mais ficção científica. E o terceiro, *21 lições para o século 21*, é mais ainda premonitório, aliado a uma sensatez de senso comum, um guru estribado no sucesso milionário. O ser humano é normativo, vê o mundo mais como gostaria que fosse do que como efetivamente se apresenta, acho que Harari adquiriu aquela vaidade do sucesso. Isso me lembra o relato que nos chegou do Império Romano: como os grandes generais vitoriosos, o imperador Trajano entrava em Roma com um escravo para lhe dizer ao ouvido, de quando em vez, “lembra-te de que és mortal”, para que o sucesso não lhe fizesse esquecer do câncer, da fatalidade, das falsidades dos bajuladores.

CAS: Agora uma pergunta sobre a situação da pesquisa jurídica no Brasil. Você foi o primeiro pesquisador 1A da área do Direito do CNPq e um dos primeiros a dedicar-se integralmente ao ensino universitário e à pesquisa, em uma época em que praticamente não havia, quase que de

maneira absoluta, professores universitários em dedicação exclusiva nos cursos jurídicos brasileiros.

JMA: Exato, acho que fui o primeiro mesmo, a área do direito nem falava em grupos de pesquisa. Minha história é curiosa, Cesar, vamos a um “causo”: José Arthur Giannotti era o todo poderoso do CNPq quando eu cheguei da Alemanha, não sei exatamente o cargo dele. Eu tinha 33 anos, era o mais jovem no CNPq. No ano seguinte tornei-me Professor Titular, em 1990.

CAS: Por concurso público?

JMA: Sim, exato. Aí, um certo dia, Giannotti, numa fala genérica para todos os pesquisadores membros dos Comitês Assessores, lembro como se fosse hoje... “Nossa tarefa de construção é tão difícil, veja por exemplo no Direito. No Direito eu tive que inventar um cara porque não tem nenhum Doutor na área de Direito”. Aí eu lembro que alguns colegas brincaram comigo: “Olha aí, você foi inventado...” Eu fiquei calado, timidez da juventude, hoje eu teria feito uma ironia com ele. Eu soube depois que meu nome havia sido indicação de Tercio Ferraz, junto com Celso Lafer, amigos que são cerca de 15 anos mais velhos do que eu, outra geração.

CAS: Sim.

JMA: Ainda fui membro do Conselho Diretor do CNPq, por absoluta falta de opção. Havia um desentendimento entre os economistas matemáticos (acho que chamam econometria) e os economistas políticos. Os primeiros, representados por discípulos de Mário Henrique Simonsen, e os outros, oriundos da Universidade de Campinas, relacionando economia e política. E os dois grupos...

CAS: ...não se davam.

JMA: E sempre ia alguém da economia para o Conselho Diretor, representando a área de ciências sociais aplicadas, economia era o setor mais forte dentro do Comitê Assessor, composto também por direito e administração. Como eles não se afinavam, escolheram-me, eu era o menos rejeitado.

CAS: Entendi.

JMA: Foi puro acaso, como eu digo, mérito nenhum meu. Igual ao fato de eu ter sido o último orientando de Miguel Reale, em minha primeira banca e última dele. Ou defender minha livre docência na última banca de meu outro mestre na USP, Tercio Ferraz. Veja que coisa curiosa.

CAS: A última participação do Tercio como membro de uma banca foi na sua para livre docente na USP?

JMA: Ele como titular na ativa, foi. Em maio de 2011. Porque ele logo completou 70 anos, ainda não estava em vigor essa “PEC (Proposta de Emenda Constitucional) da Bengala”, e ele se aposentou compulsoriamente.

CAS: Completando a penúltima pergunta, como é que você analisa hoje a situação da pesquisa jurídica no Brasil e também da filosofia jurídica, em face aos indicadores cada vez menos qualitativos para avaliar a carreira, os currículos, a concessão de bolsas, os programas de pesquisa, e por métodos cada vez mais quantitativos.

JMA: Eu acho que na área do Direito está havendo alguma mudança, justamente por causa desse problema: excesso de quantificação. O novo coordenador do Direito na Capes, Otávio Luiz Rodrigues Junior, da USP, está expressamente dizendo que vai diminuir a importância dessas avaliações quantitativas. Por exemplo: fui convidado para o livro em comemoração aos 80 anos de Werner Krawietz, recentemente falecido, editado pela Duncker & Humblot [*Positivität, Normativität und Institutionalität des Rechts: Festschrift für Werner Krawietz zum 80. Geburtstag*], que é uma das editoras mais prestigiosas da Alemanha e do mundo, editora de Nicolai Hartmann. Em cerca de 800

páginas há dois brasileiros, Tercio e eu. Pois bem, essa publicação nada valeu em termos de pontuação. A Duncker & Humblot jamais vai se ocupar em passar pelo procedimento para ser pontuada na Capes. Werner Krawietz nem sabia o que é a Capes... V. me lembrou, Cesar, que eu publiquei na *Rechtstheorie*, que é uma revista fundada por Kelsen e Hart e dirigida por Krawietz até sua morte. Quando da minha primeira publicação, em 1990, a revista não era pontuada na Capes. Agora parece estar pontuada, como tantas outras revistas no interior do Brasil, de faculdades privadas que têm uma secretaria eficiente. As [faculdades] privadas com mais visão fazem isso, pagam pessoas para indexar nas plataformas SciELO, Web of Science, etc., e as públicas, com seu funcionalismo, às vezes têm dificuldades. A UFPR foi na frente. Eu me lembro da Ligia Setenareski, a bibliotecária daqui, com quem fiz amizade nos anos 90, altamente eficiente. Eu nunca vi uma [faculdade] pública com uma biblioteca tão organizada. Eu me lembro dela por isso, era uma coisa rara. Outra dificuldade atual das revistas são os pareceristas, o chamado duplo-cego. Como não ganham nada e têm uma tarefa ingrata, os avaliadores mais experientes não querem ser pareceristas de revistas. Eu sou membro do corpo editorial de algumas revistas A1, como a da Faculdade de Direito de Vitória, e tenho a maior dificuldade de conseguir pareceristas. Peço aos amigos pelo amor de Deus e fico devendo favor.

CAS: Eu tenho a impressão de que valorizando o periódico nacional e desprestigiando o internacional, isso vai levar a uma quebra de continuidade e a um não incentivo às pessoas publicarem fora do Brasil.

JMA: É, sem dúvida. E já estava acontecendo isso. Porque vale mais publicar em Jacarezinho ou Criciúma, por exemplo, e não é tão difícil quanto na *Rechtstheorie*.

CAS: As próximas gerações vão privilegiar mais a produção, porque os concursos estão pedindo isso. E você, por exemplo, que teve um esforço de aprender e publicar em alemão...

JMA: Porque paradoxalmente a Capes fala de internacionalização, mas não em termos de publicação, ela quer grupos de pesquisa. Eu não entendo, é incoerente. Se você não publicar lá fora, não vai ser aceito em um grupo de pesquisa. Ainda sobre a quantificação, eu sou pragmático. Eu preciso ter...

CAS: Você está submetido a ela hoje, como professor da pós-graduação.

JMA: É isso que eu ia dizer, exatamente... Você precisa ter 100 pontos, mas eu não posso ter 100 pontos, eu tenho que ter pelo menos 200, porque sou professor de dois programas de pós-graduação. Quanto mais pontos, melhor o mercado de trabalho. Temos que publicar em revistas, mas o prestígio do livro elas não dão. E os pontos das revistas o livro não dá, porque ele vale muito pouco, pelo menos hoje. O Coordenador está tentando diminuir esse *gap*, não sei se vai conseguir.

CAS: A Capes privilegiou fortemente os periódicos em detrimento dos livros nos últimos anos. Como você tem feito em relação a essa dicotomia?

JMA: Eu faço as duas coisas [risos]. É uma decisão meio salomônica, meio pragmática. Porque ninguém lê essas revistas... Isso vai mudar com os jovens, mas o apego ao livro ainda é dominante. E a gente tem um mercado de livros autônomo, brasileiro. Eu, particularmente, publico antes nos periódicos, que exigem ineditismo, e aproveito o material, evidentemente adaptado, em livros para o público jurídico em geral, que não tem contato com periódicos especializados. E o número desmedido de faculdades de direito provoca esse fenômeno, de um autor jurídico vender cem mil livros (não eu, evidentemente), que só existe no Brasil. Esses livros para concursos, por exemplo, não são acadêmicos, nada têm de ciência, mas vendem muito. Tipo “Direito Civil para Crianças” ou “Direito Tributário em Dez Lições”. Eu vi um esquema plastificado, como se o estudante fosse tomar banho com esse negócio. O pior é que nessa literatura o jovem não aprende o que o direito efetivamente é. Acho que a função da boa teoria é facilitar e pular etapas, que são muito lentas de aprender somente

na práxis, ela deve ser realista. Uma boa teoria vai fazer bem à jovem profissional do direito, por mais que ela pense somente em concursos ou advocacia.

CAS: As revistas nacionais... Você concorda que o impacto dos periódicos é muito baixo, ainda mais com o seu conteúdo todo em português?

JMA: Concordo, na nossa área sem dúvida. Sabe o que é isso? É imposição das áreas dos físicos, químicos, biólogos. Elas só escrevem e leem em inglês, é uma coisa mundial, já começa por aí. Até as revistas brasileiras dessas áreas são em inglês. Cada instituição, revista e o próprio pesquisador tem como que um número atômico. Um professor vale 12, você vale 13, outro vale 14, é assim. Daí as inúmeras indexações e plataformas.

CAS: Infelizmente.

JMA: Hoje querem que nossa área vá por esse caminho.

CAS: Eu acho que já foi.

JMA: Já foi.

CAS: João, só mais uma última pergunta então para a gente finalizar. A gente falou aqui de toda a sua trajetória e estamos discutindo uma questão mais atual, da carreira e da situação da pesquisa acadêmica no Brasil. Você já está aposentado da universidade pública. Eu tenho uma pergunta para o passado e uma para o futuro. Olhando para a sua carreira, você teria feito algo diferente? E o que você pretende continuar fazendo nos próximos anos?

JMA: Eu sou uma pessoa muito pragmática, como disse, e procuro me adaptar a essas mudanças institucionais. Hoje não me dedicaria tanto à universidade pública, mas na época foi proveitoso para mim e faria novamente, sim. Mas tudo mudou muito. A universidade pública era muito mais importante no meu tempo. E 50 anos antes era muitíssimo mais. Sou atualmente professor permanente em duas instituições, na FDV [Faculdade de Direito de Vitória-ES] e na Uninove [Universidade Nove de Julho] de São Paulo, ambas privadas. Aliás, essa questão de mercado foi um assunto sobre que conversei recentemente com nosso já mencionado representante de área, Otávio Luiz, pois tenho interesse no assunto. Ora, um juiz ou promotor pode ter 40 horas dedicadas à Faculdade X e assim cooperar para seus indicadores de avaliação, sem contar as horas de trabalho no serviço público. E eu, que não tenho outro emprego, supostamente só posso vender 40 horas de minha força de trabalho. Há uma Portaria da Capes (Nº 81, de 03.6.2016) que permite ao professor trabalhar como permanente em até três instituições, desde que sua produção seja suficiente. Mas ela não é seguida na prática, não tem efetividade. Parece que há uma “orientação” do Tribunal de Contas da União, que a Capes tem seguido, no sentido de somente contar um máximo de 40 horas para cada professor/pesquisador. A pessoa pode estar em duas instituições, mas sua carga horária se divide dentro desse máximo de 40 horas. Vejo aí dois absurdos jurídicos: o tratamento privilegiado obtido pela casta dos funcionários públicos da área jurídica e uma orientação normativa do TCU prevalecer sobre uma portaria da Capes para restringir direitos fundamentais. Já pensei em fazer um requerimento à Capes colocando esse problema, embora ache que isso deveria partir de professores mais jovens. Mas essa classe de professor/pesquisador profissional liberal é muito reduzida neste país, sou um dos poucos. E não estou mais atrás disso. E este capitalismo subdesenvolvido faz mais lucrativo aplicar na bolsa de valores do que trabalhar.

CAS: E a dedicação exclusiva?

JMA: Bem, minha carreira não foi a de um típico professor e pesquisador de universidade pública. Tive o regime de dedicação exclusiva no começo da carreira, mas quis ganhar algum dinheiro e melhorar o padrão de vida; ainda mais observando aqueles advogados que ganhavam muito bem com

parcos talentos. A gota d'água, já que V. me pede para contar “causos”, foi uma carta anônima que enviaram para a Reitoria da UFPE, onde eu tinha muitos amigos, falando de um carro importado que eu tinha comprado, um utilitário Suzuki. A Constituição até hoje proíbe denúncias anônimas, esse episódio não me causou problemas. Porém pensei o quanto esse tipo de gente nada tinha a ver comigo e que iriam continuar na instituição, aquela mediocridade dos inimigos íntimos provocados pela estabilidade e nivelamento por baixo do funcionalismo público, o que só se aprofundou depois. Já tinha largado a LBA, não precisava daquilo, agora queria estar livre. Isso era final dos anos 90. Passei a trabalhar em consultoria acadêmica e até a advogar de vez em quando, sempre fui ligado à OAB. Coloquei-me no mercado e calei a boca dos desafetos invejosos, agradeço a eles. Fundei um curso preparatório para concurso que existe até hoje, o primeiro no Recife, dou aulas na iniciativa privada, trabalhei na Escola da Magistratura por dez anos. Mas sou principalmente um filósofo.

CAS: A Escola da Magistratura de Pernambuco?

JMA: Sim. Até hoje a Escola da Magistratura de Pernambuco é uma liderança nacional. Ela promove, por exemplo, cursos de aperfeiçoamento, dentro e fora do Brasil, em Nova Iorque, em Buenos Aires, em Frankfurt, que não se destinam apenas aos magistrados de Pernambuco; muitos juízes, desembargadores de outros estados, inclusive daqui [do Paraná], também participam. Ajudei nisso e em diversos outros empreendimentos.

CAS: A Retórica é o seu tema preferido nas palestras?

JMA: É. Eu agora só aceito convites relacionados à retórica jurídica. Pelo menos convites não remunerados em separado, como palestras e orientações. Mas a retórica jurídica é um campo muito restrito e especializado. Daí ministro muitos cursos sobre hermenêutica jurídica e filosofia do direito em geral nas escolas de magistratura, de advocacia, do Ministério Público e em faculdades e empresas privadas Brasil afora, mas esses são remunerados. O trabalho é por amor ou por dinheiro. E há convites curiosos, já aceitei muitos, mas agora sempre recuso: dez candidatos para um concurso de titular numa universidade pública vão representar depois nove desafetos e um ingrato. Já os tive muitos e acho que não valeu a pena. Até isso o estudo da retórica me deu, essa tranquilidade de não esperar muito dos seres humanos, pois construir um ser humano de qualidade exige tantos pré-requisitos que não há condições suficientes: dinheiro, carinho, exemplo, dedicação dos adultos, isso é difícil, por isso muito raro. Minha antropologia realista fica na linha de [Thomas] Hobbes e [Arnold] Gehlen, acredito mais em instituições e coercitividade do que em pessoas. Já este concurso [participando da banca de professor titular do entrevistador], vim fazer por amizade e porque você era merecidamente o candidato único.

CAS: Sim, obrigado. João, então, muito obrigado pela sua entrevista!

JMA: Que é isso, meu caro! Foi um prazer!